

RESERVADO



MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL  
EXÉRCITO PORTUGUÊS  
COMANDO DO PESSOAL  
GABINETE DO COMANDANTE


Anexo D (PLANO DE AUDITORIAS PARA O ANO DE 2025) à Informação n.º CMDPESS-GABAGE.RAAD-2025-I-004430, Proc.º 00.450, de 17 de fevereiro de 2025

## **PLANO DE AUDITORIAS DE 2025**

QUADRO 01 – PLANO DE AUDITORIAS (OBJETIVO GERAL) – 2025


AUDITORIA	OBJETIVO GERAL
Indemnizações devidas no caso de abate aos Quadros Permanentes (QP) e rescisões contratuais em Regime de Voluntariado (RV) e Regime de Contrato (RC)	Avaliar a conformidade legal, adequação e acessibilidade da regulamentação interna e apreciar a eficácia e eficiência do processo de atribuição, cálculo e cobrança das indemnizações devidas no caso de abate aos QP e rescisões contratuais em RV/RC.
Prestações Pecuniárias	Avaliar a conformidade legal, a eficácia e a eficiência dos processos de atribuição, cálculo e pagamento das prestações pecuniárias aos militares que cumpriram os períodos mínimos de serviço, em conformidade com a legislação em vigor.
Delegados de Apoio à Família	Avaliar a eficiência, eficácia, adequação da regulamentação interna e apreciar a conformidade do processo de apoio prestado pelos militares nomeados.

RESERVADO

 MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL EXÉRCITO PORTUGUÊS COMANDO DO PESSOAL	<b>Anexo D (PLANO DE AUDITORIAS PARA O ANO DE 2025) à Informação n.º</b> <b>CMDPESS-GABAGE.RAAD-2025-I-004430, Proc. 00.450, de 17 de fevereiro de 2025</b>	Folha 2 de 3
--	--	--------------

**QUADRO 02 – PLANO DE AUDITORIAS (OBJETIVOS ESPECIFICOS) – 2025**

AUDITORIA	OBJETIVOS ESPECIFICOS
<b>Indemnizações devidas no caso de abate aos QP e rescisões contratuais em RV/RC</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Verificar a conformidade dos procedimentos para o abate aos QP e rescisões contratuais em RV/RC com os requisitos legais e regulamentares, de forma a assegurar o correto enquadramento da situação nos termos legais.</li> <li>– Analisar a metodologia adotada para o cálculo das indemnizações e avaliar a eficácia dos mecanismos de controlo e fiscalização que garantem a correta execução e cobrança dos montantes de indemnizações, identificando eventuais riscos de erro, morosidade ou falhas na aplicação dos critérios legais.</li> <li>– Identificar vulnerabilidades e propor medidas corretivas que contribuam para a melhoria da transparência, da exatidão e da celeridade na atribuição e cobrança das indemnizações.</li> </ul>
<b>Prestações Pecuniárias</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Verificar a adequada interpretação e aplicação dos critérios legais estabelecidos para a atribuição das prestações pecuniárias, com especial atenção aos requisitos de tempo de serviço em Regime de Voluntariado (RV), Regime de Contrato (RC) e Regime de Contrato Especial (RCE).</li> <li>– Analisar os processos internos de cálculo e processamento dos abonos, identificando eventuais falhas, atrasos ou ineficiências que possam comprometer o processamento da prestação pecuniária.</li> <li>– Avaliar a eficácia dos mecanismos de controlo e fiscalização implementados para assegurar o cumprimento dos normativos internos e legais relativos ao processamento das prestações.</li> <li>– Identificar e mitigar riscos relacionados com a interpretação dos normativos e com a operacionalização do processo de pagamento das prestações, garantindo a correta atribuição destes abonos.</li> </ul>

 MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL EXÉRCITO PORTUGUÊS COMANDO DO PESSOAL	<b>Anexo D (PLANO DE AUDITORIAS PARA O ANO DE 2025) à Informação n.º</b> <b>CMDPESS-GABAGE.RAAD-2025-I-004430, Proc. 00.450, de 17 de fevereiro de 2025</b>	Folha 3 de 3
--	--	--------------

AUDITORIA	OBJETIVOS ESPECIFICOS
<b>Delegados de Apoio à Família (DAF)</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>– Avaliar se os procedimentos efetuados após a comunicação do óbito, estão a ser cumpridos de acordo com os normativos estabelecidos.</li><li>– Verificar se o DAF está a cumprir as suas funções de apoiar e orientar a família do falecido, nomeadamente no que respeita ao funeral, direitos adquiridos e outros procedimentos administrativos.</li><li>– Analisar se os subsídios e pensões de sobrevivência são solicitados e processados aos beneficiários, dentro dos prazos definidos e conforme a legislação em vigor.</li></ul>